

REQUERIMENTO Nº /2005

(Da Sra. Ann Pontes)

Solicita que seja convidado o Secretário-Executivo da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, Contra-Almirante José Eduardo Borges Souza, para participar de audiência pública neste Órgão, com o objetivo de discutir o Programa Antártico Brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro à Vossa Excelência, com base no art. 24, III, c/c 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que seja convidado o Secretário-Executivo da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, o Contra-Almirante José Eduardo Borges Souza, para participar de audiência pública neste Órgão, com o objetivo de discutir o Programa Antártico Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

Fiz recentemente, a convite da Marinha brasileira, uma viagem à Antártica, onde pude conhecer além da abnegação e patriotismo dos brasileiros, militares e cientistas que lá vivem, a importância do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.

Além de assegurar a presença do Brasil no concerto de nações que investigam e decidem sobre aquela região, o programa tem em si mesmo alta significação científica.

Trata-se de descobrir como essa parte essencial do sistema ambiental global opera e se relaciona com outras regiões, principalmente as nações do hemisfério Sul, que são sensíveis às possíveis alterações emanadas daquela região.

O sistema ambiental global é extremamente complexo e constituído por sub-sistemas que se harmonizam em suas relações para gerar habitabilidade e sustentabilidade. Alterações regionais podem provocar, dependendo da sua magnitude, sérias repercussões em outras, modificando condições e regimes climáticos.

É sabido, por exemplo, que fenômenos como a friagem que ocorre

em Rondônia, Acre e sul do Amazonas, têm origem no oceano que circunda a Antártica. Possivelmente, alterações importantes na Amazônia, na sua cobertura vegetal e nos processos biofísicos decorrentes de sua dinâmica podem gerar efeitos na Antártica, posto que não há sistemas isolados. É preciso conhecer com profundidade os mecanismos com os quais atuam esses sistemas, visando protegê-los e prevenir as ações que causem dano ao meio ambiente.

Infelizmente, pelo que foi dado conhecer, mesmo contando com poucos recursos orçamentários, o Programa tem sido submetido aos cortes e contingenciamentos horizontais da política fiscal restritiva vigente, o que põe em risco as pesquisas em andamento e, conseqüentemente, o status brasileiro de membro efetivo do Conselho Consultivo do Tratado Antártica.

O objetivo deste é, portanto, dar oportunidade ao conhecimento dessa realidade, e dos instrumentos e forma com os quais o Brasil participa da geração de ciência antártica, seja através do PROANTAR ou de outras formas atuais e futuras de atuação, possibilitando maior compreensão e apoio do parlamento.

Sala da Comissão, de junho de 2005.

ANN PONTES
Deputada Federal
PMDB – PA.